



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



OS REBATIMENTOS DO TRABALHO PRECÁRIO NA VIDA DA MULHER NEGRA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP

Reginaldo Guiraldelli

Mestrando em Serviço Social pela UNESP / Franca-SP; docente das Faculdades Santo Agostinho / Montes Claros-MG.

Helen Barbosa Raiz Engler

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/UNESP-Franca-SP

Rua Joaquim Ferreira de Aguiar, nº265. Vila Nova. São Tomás de Aquino-MG

Telefone: (35) 3535-1644

E-mail: reguiraldelli@hotmail.com

O presente estudo objetiva analisar as condições de trabalho e as estratégias de sobrevivência de mulheres negras que vivem na informalidade no município de Franca/SP. O destaque do estudo volta-se para a costura manual do calçado, visto que tal atividade constitui uma das expressões da informalidade e, em sua maioria, é executada no domicílio, o que propicia à mulher a dupla jornada de trabalho. Além disso, buscar-se-á maior compreensão das relações étnico-raciais e de gênero que perpassam a trama das relações sociais.

O município de Franca localiza-se na região nordeste do estado de São Paulo, na chamada Zona da Alta Mogiana, e tem como uma de suas principais características econômicas a produção de calçados de couro masculinos. Desde o século XIX, começou a desenvolver nesse município, mesmo que incipientemente, a

atividade com o couro, decorrente do gado que os migrantes mineiros traziam para a região.

Na década de 1880 foi instalado o primeiro curtume em Franca, onde o couro era curtido por meio de processos rudimentares.

Foi na primeira metade do século XX que Franca expandiu-se, política e economicamente, além do significativo processo de urbanização, advindo principalmente do êxodo rural.

Diante disso, cria-se a indústria calçadista Jaguar, no ano de 1921, e Franca ingressa no cenário produtivo. No entanto, com o *Crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o setor calçadista francano atravessa um declínio em sua produção na década de 1930. Nessa época já havia unidades produtivas familiares que realizavam algumas fases da produção de calçado.

O número de indústrias calçadistas foi crescendo expressivamente e, na década de 1960, tais organizações, com incentivo governamental, aderem ao mercado internacional, começando a exportar seus artefatos e a importar maquinário para sobreviver em meio à competitividade.

A indústria de calçados experimentou momentos “gloriosos” de expansionismo entre os anos de 1960 e 1980, o que permitiu a absorção de um grande contingente populacional e corroborou para a consolidação desta.

No final da década de 1980, com o processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo, as empresas de calçados foram obrigadas a se reorganizarem estruturalmente para sobreviver diante de medidas implantadas pelo interesse do capital. Assim, reduziu-se o quadro de trabalhadores formais e iniciou-se a expansão desenfreada de trabalhos informais.

Para a compreensão dessa especificidade do município de Franca faz-se necessária a realização de um estudo sobre a atual conjuntura, buscando compreender o estágio em que se encontra o sistema capitalista, o processo de globalização e suas implicações na vida social e no mundo do trabalho. Além disso, é imprescindível conhecer a realidade de Franca, sua principal atividade econômica e as transformações ocorridas em âmbito municipal, nas últimas décadas, para buscar a compreensão dos fenômenos que propiciaram a inserção das mulheres negras na informalidade e tentar desvendar se, no contexto em que essas mulheres

negras estão inseridas, existem manifestações de preconceito e de discriminação concernentes à questão étnico-racial e de gênero.

O percurso metodológico que se utilizará para dar respostas satisfatórias e aproximativas ao objetivo proposto far-se-á por meio da história oral, com ênfase para a história de vida, constituindo esta uma das ramificações da história oral. A história oral, entendida como um método empregado a princípio por historiadores, vem sendo utilizada nas investigações de diversas áreas do conhecimento, inclusive no Serviço Social, mesmo que de modo incipiente.

O aporte teórico da história oral tem como primazia trazer à tona as vozes marginalizadas, até então silenciadas, considerando que as experiências de vida não registradas são de grande valia na construção do conhecimento, assim quanto à documentação convencional.

Conforme sustenta Paul Thompson (1992), a história oral visa a dar um retorno da história às pessoas em suas próprias narrativas. Ao lhes propiciar essa viagem ao passado, proporciona às mesmas caminhar para um futuro por elas construído.

Nesse âmbito, a história de vida busca conhecer os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa, de forma a narrar seu itinerário de vida, desde a infância, passando pela adolescência até a atualidade, entendendo suas trajetórias pessoais e assim analisando seu cotidiano, suas crenças, valores, sonhos, lutas e perspectivas.

Para a investigação da respectiva problemática, delimitou-se como universo de pesquisa o município de Franca, que tem como base econômica a produção de calçados masculinos de couro.

Na primeira fase do estudo, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a respectiva temática e, em seguida, buscou-se o contato com a Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca, localizada na Rua Leandro Fernandes Martins nº. 1949, Bairro Aeroporto III, instituição privada que atende crianças em idade de 06 a 12 anos, prestando serviços de atendimento socioeducativos. Além disso, é importante considerar que tal instituição propiciou o contato do pesquisador com as mulheres negras, mães das crianças atendidas na entidade, que realizam a costura manual do calçado. A escolha dessa instituição deu-se pelo fato de a mesma

localizar-se numa região periférica de Franca, onde se nota um aumento das relações de trabalho caracterizadas pela precariedade, com baixos salários e locais de trabalho muitas vezes inadequados à atividade econômica, pois a maioria desta se concentra no próprio domicílio. Além disso, com base em contatos anteriores com a assistente social dessa entidade, havia um grande número de mães das crianças atendidas pela mesma, que realizavam a costura manual do calçado. Conforme o relato e a percepção da assistente social, havia um número expressivo de mulheres envolvidas nessa atividade. Assim, esta profissional (assistente social) tornou-se a interlocutora entre o pesquisador e as mulheres que participaram da pesquisa.

Na análise baseada nas histórias de vida dos sujeitos da pesquisa, buscou-se apreender da melhor forma as condições de vida, as condições de trabalho e as estratégias de sobrevivência dos mesmos, sendo estes os objetivos norteadores do estudo em voga.

Diante disso, o respectivo estudo prioriza a abordagem qualitativa, que, conforme Martinelli,

[...] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa (MARTINELLI, 1999, p.21-22).

Além do mais, considera-se que a importância não está no “[...] número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.24).

Logo em seguida, após o contato com as mulheres negras, que realizam a costura manual do calçado, foram realizadas as entrevistas. Vale ressaltar que as próprias mulheres se autotranscritas e interpretadas.

A interpretação das entrevistas permite analisar a contradição e o antagonismo do real e fazer o entrelaçamento do que, para nós, é objeto de estudo e pesquisa e, para elas, constitui-se em cotidiano e realidade, visto que “[...] nessa

metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos. Esse é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral” (MARTINELLI, 1999, p. 23).

Vale salientar que as entrevistas constituem elementos essenciais na complementação do estudo, mediante a fonte documental já existente. O intuito não é realizar a sobreposição de um desses elementos ao o outro e sim considerá-los como indissociáveis.

A representatividade da investigação tem como base a narrativa de pessoas comuns, que estão envolvidas com a temática em questão. Essas representações mostram os impactos que um fato concreto promove na vida dos indivíduos, como eles o vivenciam e o percebem.

A compreensão de respectivos fenômenos e acontecimentos são apreendidos diferentemente pelos grupos sociais, e tais especificidades variam conforme a classe social desse indivíduo, suas crenças, religião, aspectos culturais, vivências cotidianas, o tipo de trabalho que realiza, enfim diversidades presentes na vida que interagem com o todo e explica o social dentro desse contexto dinâmico e contraditório.

Ao abordar essa problemática no município de Franca, vale contextualizar o cenário que tem como uma de suas principais características econômicas a produção de calçados de couro masculinos. Apesar de contar com um número significativo de indústrias calçadistas, o respectivo município vem presenciando um aumento nos setores de prestação de serviços. Com a reestruturação produtiva, as indústrias calçadistas passam a transferir algumas fases, ou todas elas, do processo de produção do calçado para bancas (de pesponto, corte, chanfração, entre outras) que prestam serviços a grandes, médias e pequenas empresas. Além disso, nota-se uma crescente expansão de trabalhos realizados em domicílios, sendo que tais atividades, em sua maioria, conforme os estudos de Chinali (1997), são executadas por mulheres, inclusive as mulheres negras. Isso tem como uma das resultantes o aumento do desemprego em dimensão estrutural, que desencadeou o crescimento da informalidade.

Vale considerar que a maioria dos trabalhadores que passam a incorporar a informalidade são negros e mulheres, pois, nos moldes atuais do sistema capitalista,

reproduz-se a ideologia dominante e dá-se continuidade aos preconceitos e discriminação relacionados aos negros e mulheres.

A realidade brasileira, concomitante à conjuntura mundial, vem atravessando profundas alterações no que tange à relação capital/trabalho. O advento do receituário neoliberal no pós-guerra, que surge como uma política de desmantelamento dos direitos sociais, provocou grandes mudanças nas relações de trabalho, vindo a afetar diretamente os trabalhadores, que submetem sua força de trabalho às vicissitudes do processo de acumulação do capital. Como reação à crise implantada pelo capitalismo nos anos de 1960, tornaram-se necessárias algumas transformações paradigmáticas no processo produtivo, resultando num novo modelo de produção baseado na acumulação flexível.

[...] estas mudanças alterariam o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, criando novas mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os anos dourados do pós-guerra. Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho (MATTOSO, 1995, p.70).

Conforme mencionado anteriormente por Mattoso (1995), no bojo dessa terceira revolução industrial, também conhecida como revolução tecnológica da contemporaneidade, o mundo do trabalho passa por mudanças qualitativas que trarão implicações para o tecido social, pois, modificando-se a organização dos processos produtivos, exige-se maior habilidade e qualificação da mão-de-obra, o sindicalismo se enfraquece, o trabalho se automatiza e expande-se a terceirização. Isso leva a conseqüências drásticas para a sociedade, no que se refere ao acirramento das desigualdades.

O que se nota, atualmente, é um intenso processo de globalização de mercados, idéias e coisas. O capitalismo tornou-se global, visto que: “A reprodução ampliada do capital, em escala global, passou a ser uma determinação predominante no modo pelo qual se organizam a produção, distribuição, troca e consumo” (IANNI, 1997, p.16).

Vale considerar que nossa sociedade é marcada por inúmeros problemas, como é o caso do racismo, que foi construído social e culturalmente no processo

histórico, funcionando como um instrumento ideológico para justificar a inferioridade do negro.

Segundo Hasenbalg e Silva (1988), o racismo pode ser definido como um conjunto de práticas do grupo branco dominante, dirigidas à preservação do privilégio que este usufrui por meio da exploração e controle do grupo submetido. O racismo teve sua legitimidade como teoria no início da expansão colonial européia, pois se tornou necessário encontrar uma justificativa para as situações de violência e opressão.

Tal mecanismo serve para excluir a população negra de diversos espaços sociais, inclusive do mercado de trabalho, e reproduzir o sistema vigente.

Destarte, a população negra, muitas vezes afetada pelo desemprego que atinge índices alarmantes, torna-se propensa a compor a economia informal, sem proteção e garantias necessárias ao exercício do trabalho. Pode-se considerar tal situação um fato inquestionável, visto que estudos realizados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –, em 1999, mostram que a taxa de desemprego entre brancos corresponde a 8,9% do total, enquanto para os negros ela salta para 10,6%. Considerando essas taxas entre homens e mulheres, percebe-se também uma expressiva diferença, pois as mulheres negras desempregadas representam 13,3%, enquanto os homens negros representam 8,8%. Já as mulheres brancas desempregadas totalizam 11,2% e os homens brancos 7,1%. Tais dados explicitam as diferenças sociais, étnico-raciais e sexuais que se verificam em nossa sociedade.

No quesito informalidade, ainda com base nos estudos do IPEA de 1999, os brancos representam 48,07% e os negros 59,89% (homens e mulheres).

Assim, têm-se a raça e o gênero como instrumentos de assaz eficácia para a reprodução das desigualdades sociais nos moldes do sistema capitalista.

[...] os não-brancos ocupam desproporcionalmente empregos no setor informal mesmo depois da aplicação de controles importantes, o que torna a raça um fator crucial para determinar a participação no setor informal. [...] as mulheres não-brancas são especialmente propensas a estar no setor de emprego informal, mais ainda do que seria de esperar unicamente por seu status de não-brancas e de mulheres (TELLES, 1990, p.76).

No mais, a mulher negra tem maior probabilidade de ocupar formas de emprego sem proteção trabalhista, além de estar, na maior parte das vezes, no trabalho doméstico remunerado.

Tais fatos não constituem elementos isolados e, sendo assim, ocorrem em todos os setores socioeconômicos do cenário mundial, como é o caso do município de Franca.

A indústria calçadista em Franca é um dos maiores pólos econômicos do município, que atrai e emprega grande parte do contingente populacional. Essas indústrias, ao adotarem o processo de terceirização, geraram bancas de prestação de serviços e proporcionaram a expansão de trabalhos domiciliares, o que contribuiu para o crescimento da informalidade.

Com base nos estudos de Chinali (1997), verifica-se que as indústrias brasileiras de produção de calçados concentram-se em dois estados – o Rio Grande do Sul e São Paulo, que absorvem juntos 85,2% da mão-de-obra do setor no País. O município de Franca ocupa o primeiro lugar entre os municípios produtores de calçados no estado de São Paulo e o segundo no País, sendo suplantado somente por Novo Hamburgo da região do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

O processo de globalização exigiu e exige a adaptação das indústrias ao uso intensivo das novas tecnologias, com vistas a maior produtividade e qualidade dos produtos fabricados. O não-cumprimento dessas exigências resultaria em falências e fechamento dessas indústrias, o que implica desemprego abundante.

Na década de 90, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho assumiram maior destaque, consolidando a tendência de redução do assalariamento com registro e de expansão do desemprego e de ocupações não organizacionais (POCHMANN, 1999, p.65).

Nas últimas décadas, tais indústrias, para enfrentarem a concorrência externa e interna, reduziram os custos de mão-de-obra, a fim de aumentar a produtividade.

Segundo Braga Filho (2000), a indústria calçadista de Franca apresentou uma queda em suas exportações no ano de 1995. Apesar de haver um aumento da produtividade da indústria de calçados no município, observa-se que ocorreu uma redução em 74% do número de pessoas empregadas formalmente no setor, em 1994.

Este fato pode ser notado tendo como pilastra temporal os anos de 1970 e início dos anos de 1980, visto que até então a produção do calçado concentrava-se na própria empresa. Já em meados da década de 80, as indústrias passam a transferir uma parcela do processo produtivo, ou todo ele, para “terceiros”, como

forma de adaptarem-se à realidade e exigências do mercado competitivo. Isso provocou o aumento de bancas e trabalhos domiciliares, o que levou à inexistência de vínculos empregatícios entre empresas e trabalhadores.

Em meio à aceleração do processo de reestruturação produtiva, a partir dos anos 90, assistimos a um crescente movimento de descentralização da produção, que passa a ser denominado pelo neologismo 'terceirização', cujo padrão adotado no Brasil tem sido referenciado como "fraudulento", "espúrio" ou "predatório", por buscar a redução de custos através da exploração de relações precárias de trabalho que se objetivam em diferentes formas: na subcontratação de mão-de-obra; nos contratos temporários de trabalho; na contratação de mão-de-obra por empreiteiras; no trabalho em domicílio; no trabalho por tempo parcial e no trabalho sem registro em carteira, mecanismos esses que buscam neutralizar a regulação estatal e a sindical e que colocam em risco uma série de direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados (NAVARRO, 1998, p.178).

O município de Franca, na década de 1990, atravessa uma onda de crises, que resultou no fechamento de inúmeras fábricas. Isso provocou acentuado índice de desemprego, como já foi retratado anteriormente.

Segundo Chinali (1997), grande parte das mulheres presentes nesse ramo de atividade são ex-trabalhadoras das indústrias calçadistas que foram demitidas com o processo de reestruturação produtiva, ou seja, agora se tornaram prestadoras de serviços às grandes, médias e pequenas indústrias.

Diante disso, faz-se necessário considerar os dados do IPEA, pois a grande maioria do contingente de desempregados constitui-se de mulheres negras e, por isso, estão mais propensas a se inserirem na economia informal. Muitas vezes, essas mulheres vivenciam, em suas relações sociais cotidianas, diversas manifestações de preconceito e discriminação de cunho sexual e étnico/racial, o que faz acirrar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres.

A reengenharia industrial, axioma da Revolução Tecnológica, além do quadro de desemprego provocou o aumento da subcontratação do trabalho, intensificando o trabalho informal e a participação do trabalho domiciliar. As atividades domiciliares, presentes em diversos setores da produção, com exemplo para o caso calçadista, consiste em uma atividade precarizada, que exige baixa qualificação e tecnologia rudimentar, além da predominância do trabalho feminino, marcada por relações precárias sem a existência de carteira assinada e proteção social, o que proporciona a redução dos custos da produção para as empresas que, cada vez mais,

aumentam seus lucros. Resumindo, essa objetivação da acumulação presente na ordem capitalista pressupõe o aumento das taxas de lucro, em detrimento do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e arrocho salarial; com isso, tem-se o aumento da riqueza nas mãos dos detentores do capital e o acirramento da pobreza para aqueles que possuem somente sua força de trabalho para vender no mercado.

No mais, a reestruturação produtiva provocou mudanças significativas no mundo do trabalho, como a entrada de um grande contingente feminino, o crescimento do setor terciário e de trabalhadores informais sem registro em carteira, o que também propicia o aumento da clandestinidade desse tipo de atividade.

É necessário reconhecer a participação das mulheres no mercado de trabalho como fruto de transformações sociais que propiciaram mudanças nos papéis assumidos pelas mulheres até então. O novo cenário reconfigura a posição da mulher na sociedade e na família.

Com o surgimento do movimento feminista na segunda metade do século XX, a mulher passou a buscar direitos igualitários coletivos e individuais, participação nas atividades econômicas, autonomia reprodutiva, entre outros. Algumas conquistas no campo econômico, social, político e cultural vêm sendo alcançadas por essas mulheres, mas muito ainda há de ser feito para atingir os níveis de igualdade e reconhecer a diversidade entre os povos do planeta.

O trabalho domiciliar, predominantemente marcado por um recorte de gênero, torna-se um dos grandes desafios para a ação sindicalista, posto que esse tipo de atividade se encontra difuso por todos os espaços da cadeia produtiva, e assim nem pode ser considerado um fenômeno ultrapassado, ou mesmo passível de extinção nesse atual cenário.

Essa forma de trabalho em domicílio ganha sua morfologia mais conhecida com a Revolução Industrial para atender aos propósitos da época, e com isso o que se observou foi a substituição de trabalho masculino pela acentuada utilização do emprego feminino nesse setor. Mas, o que se torna relevante é que tal atividade continua em vigor, ligada à economia global e tendo um papel imprescindível na atualidade para o processo de acumulação e reprodução do sistema. Assim, esse tipo de trabalho não pode ser entendido de forma pontual e isolada, e sim dentro de um todo complexo que interage com os demais setores de produção.

O trabalho domiciliar é uma das peculiaridades das múltiplas facetas de um fenômeno tão complexo como a informalidade, respondendo por um grande contingente de mulheres sem proteção social, o que acarreta sua precariedade. Tem-se, na realidade, um verdadeiro menosprezo para a problemática da informalidade, onde se colocam “panos quentes”, com vistas a amortecer as reais conseqüências e faces dessa atividade econômica que abarca um conglomerado incomensurável de pessoas.

Adotar o trabalho domiciliar representa para o empregador maior facilidade contratual do trabalho, o que resulta para ele num baixo custo dos produtos e ínfimos gastos com a força de trabalho. Vale salientar que a maioria das pessoas que exercem o trabalho domiciliar são mulheres, fazendo dessas atividades uma forma de suplementar o salário familiar e de combinação do trabalho com seus afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

No mais, em grande parte das vezes nesse tipo de trabalho realizado em domicílio, a classe, o gênero e a questão étnico-racial se interagem, e esse é o elemento discutido no presente trabalho. A fusão desses caracteres se torna fundamental para perpetuar o lugar da mulher negra no estrato mais subordinado da sociedade brasileira. Ser mulher e ser negra, numa sociedade desigual e racista, passa a constituir traços agravantes em relação à inserção no mercado de trabalho, onde estas se enveredam pelos caminhos da informalidade na busca de sua sobrevivência.

Assim, como fica a situação da mulher negra que se encontra no trabalho domiciliar, em relação a sua condição de vida, de trabalho e estratégias de sobrevivência frente à atual conjuntura do mundo do trabalho? É possível uma aglutinação dessa categoria para buscar medidas que atendam às suas necessidades e direitos? Como pensar numa identidade de classe, diante da pulverização desse segmento? Como redefinir papéis, como o de gênero e de raça/etnia, na contemporaneidade, em face de uma ideologia dominante de raiz patriarcal, sexista e racista? Trata-se de problemas emergentes, ainda com pouca exploração no espaço científico. A escassez de produção sobre a temática poderia ser compreendida como um fato casual, ou como uma intencionalidade do sistema vigente?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice R. de P. Trabalho a domicílio: uma forma de emprego. **Tempo e Presença**. São Paulo: CEDI. V.15, nº 269, p.38-40, junho de 1983.
- ALBERTO, Luiz. As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século. In: GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (Org.) **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BATISTA, Marta R.; GALVÃO, Olívia M.R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro - RJ, nº. 23, p.71-95, 1992.
- BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca: a reorganização industrial e economia informal**. Dissertação (Mestrado em Administração). Franca: FACEF, 2000.
- BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992. Fundação Carlos Chagas.
- CHINALI, Israild Giacometti. **De volta ao lar?** Trabalho feminino e globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC, 1997.
- FERREIRA, Mauro. **O espaço edificado e a indústria de calçados em Franca**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). EESC-USP, 1989.
- GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (Org.) **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Graal: Rio de Janeiro, 1979.
- HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson V. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Vértice, 1988.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro, 2001. IPEA.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JAKOBSEN, K. A.; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O. (Org.) **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LIRA, Izabel C. D. Informalidade: reflexões sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº. 69, ano XXIII. p. 140-150. São Paulo: Cortez, março de 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINO, Vânia de Fátima. **Análise crítica do trabalhador negro na indústria calçadista de Franca-SP**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Franca:UNESP, 1999.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro em Franca (SP)**: a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 1998.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Denise F. da; LIMA, Márcia. Raça, gênero e mercado de trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro - RJ, nº. 23, p.97-111, 1992.

SILVA, Luiz Antonio M. da. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e Presença**. São Paulo, CEDI. V.15, nº 269, p.31-34, junho de 1983.

SOUZA, Irene Sales de. **O resgate da identidade na travessia do movimento negro**: arte, cultura e política. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: USP, 1991.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TELLES, Edward E. Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro - RJ, nº. 19, p.61-80, 1990.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSI, Pedro G. **Capitais no interior**: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Campinas: IE-Unicamp. Tese (Doutorado em Economia), 1998.